



ACÓRDÃO Nº1415/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº12078/2022.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Companhia de Água, Esgoto e Saneamento de Coari - CAESC
- 4- **Exercício:** 2021
- 5- **Responsável:** Izócrates de Oliveira Brandao Filho (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Bruno Vieira da Rocha Barbirato - OAB/AM 6975, Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM 4331, Igor Arnaud Ferreira - OAB/AM 10428, Laiz Araújo Russo de Melo e Silva - OAB/AM 6897 e Camila Pontes Torres - OAB/AM 12280
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3653/2023-DIMP, Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Companhia de Água, Esgoto e Saneamento de Coari - CAESC. Exercício de 2021.

*Regularidade com ressalvas. Quitação.
Determinação.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual da Companhia de Água, Esgoto e Saneamento de Coari - CAESC, referente ao exercício de 2021, de responsabilidade do Sr. **Izócrates de Oliveira Brandao Filho**, Presidente da Companhia de Água, Esgoto e Saneamento de Coari - CAESC e Ordenador de Despesas, à época, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM.
- 10.2. **Dar quitação** ao Sr. **Izócrates de Oliveira Brandao Filho**, Presidente da Companhia de Água, Esgoto e Saneamento de Coari - CAESC e Ordenador de Despesas, à época, nos termos dos artigos 24 e 72, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 189, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE.
- 10.3. **Determinar** á origem que, nos termos do §2º, do artigo 188, do Regimento Interno, evite a ocorrência das seguintes impropriedades, em



ACÓRDÃO Nº1415/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

futuras prestações de contas:

10.3.1. Ausência de recolhimentos previdenciários pela Companhia de Água, Esgoto e Saneamento de Coari junto ao INSS (parte patronal e segurado), na forma e nos prazos estabelecidos pela Lei, de todas as competências de 2021 (janeiro a dezembro e 13º salário);

10.3.2. Falta de contabilização dos ajustes para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (antiga provisão para devedores duvidosa), bem como da correta previsão orçamentária da receita;

10.3.3. Excesso de servidores com vínculo precário e ausência de concurso público na Companhia de Água, Esgoto e Saneamento de Coari;

10.3.4. Descumprimento às fases de Execução da Despesa Pública.

10.4. Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno que, após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº. 04/2002, adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE.

Vencido o voto-destaque proferido em sessão do Conselheiro Ari Moutinho, que acompanhou o Ministério Público pela irregularidade das contas, multa, alcance e recomendações da Unidade Técnica

11- Ata: 23ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 11 de Julho de 2023

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Júlio Assis Corrêa Pinheiro (Presidente, em sessão), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro-Presidente, em sessão

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira Relatora

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral